



I SIMPÓSIO
de Relações de Gênero
e Diversidade Sexual

ANAIS

Arranjos familiares,
desejos e corpos
diversos

Sumário

Eixo Temático:

Diversidade Sexual

- CORPOS DE E NO ONLINE:
CONSIDERAÇÕES ETNOGRÁFICAS SOBRE
O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO
DE AVATARES NO IMVU 08
Joice Bianca Foschiera de Lima I

Eixo Temático:

Diversidade Sexual

- A POTENCIALIDADE DO TURISMO LGBT
EM CAMPO GRANDE – MS 11
Bruno Lemes Guimarães
Djanires Lageano Neto de Jesus

- EROTISMO LÉSBICO: CASSANDRA RIOS
EM TEMPOS DE CENSURA 14
Izadora Fernanda Reichert Rodrigues

Eixo temático:

Movimentos de Mulheres

- A TRAJETÓRIA DA VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER LÉSBICA A PARTIR
DOS IMPRESSOS FEMINISTAS 18
Kleire Anny Pires de Souza
Claudia Regina Nichnig

- A AFETIVIDADE DA MULHER NEGRA
EM UMA LETRA DE HIP-HOP:
SÓ SORRIR QUANDO QUERO CHORAR,
ISSO NÃO FOI DIFÍCIL APRENDER 21
Vanilce Farias Gomes
Conrado Neves Sathler

- RELATO DE EXPERIÊNCIA:
APONTAMENTOS SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
E A ATUAÇÃO DAS MULHERES NO CONSELHO
MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES
DA CIDADE DE DOURADOS 24
Letícia da Silva Pereira
Gabriela Rieveres Borges de Andrade

Eixo temático:

Relações de Gênero

- O LUGAR DAS MULHERES NO CURSO
DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS (UFGD) 27
Laryssa Fernanda de Oliveira Santos
- PATRIARCADO E CAPITAL COMO
PROPULSORES DA VIOLÊNCIA CONTRA
AS MULHERES 30
Bruna Aparecida Azevdo Gayozo
- PERCEPÇÕES DE ALUNOS
UNIVERSITÁRIOS SOBRE RELAÇÕES
DE GÊNERO PRESENTES NO FILME
"EU NÃO SOU UM HOMEM FÁCIL" 32
Amanda de Almeida Parra
Joseana Stecca Farezim Knapp
- REFLEXÕES SOBRE O CAMPO
HISTORIOGRÁFICO: RESISTÊNCIAS
AO DEBATE PROPOSTO PELOS
ESTUDOS DE GÊNERO, FEMINISTAS
E DECOLONIAL 34
Claudia Regina Nichnig
- REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO ATRAVÉS
DO JORNAL CORREIO DO NORTE (1948-1949) 36
Bruna Brandel Meleck
- VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA
A MULHER: ANÁLISE DE BOLETINS
DE OCORRÊNCIA 38
Sarah Pedrollo Machado
Clara Janini Rodriguez Deboleto
Paola Ferreira de Oliveira
Pamela Staliano

Apresentação

As instituições educacionais, principalmente as universidades, são espaços estratégicos para discussões sobre as hierarquias de gênero, identidades e sexualidades, apresentando oportunidade para que sejam abordadas de forma científica questões sobre equidade de gênero, raça/etnia, feminismos e orientação sexual, dentre outros marcadores de diferença.

Cumprindo com seu papel de promover criação, reconhecimento e disseminação de conhecimento, oferecem ferramentas propícias para discussões sobre as muitas formas de ser e estar no mundo, com corpos, identidades, desejos e arranjos familiares diversos. Essas são reflexões e discussões essenciais à formação de pessoas capazes de exercer a cidadania de forma plena e com dignidade, além de contribuir com a estrutura social no sentido da erradicação das discriminações e violências.

Neste sentido ocorreu em novembro de 2019 o Simpósio de Relações de Gênero e Diversidade Sexual, tendo como desígnio discutir as variadas possibilidades de arranjos familiares, conjugais e parentais, as hierarquias entre corpos genereficados, a diversidade de gênero e sexual, os diferentes movimentos de mulheres e discussões sobre as fronteiras que envolvem diversidade sexual, mulheres e relações de gênero.

Os resumos constantes nestes Anais foram apresentados em quatro Eixos Temáticos: **Corpos Diversos, Diversidade Sexual, Movimentos de Mulheres e Relações de Gênero**. Foram trabalhos que versaram sobre temas variados, como por exemplo a construção de gênero em ambiente virtual, turismo LGBT, erotismo e violências contra mulheres lésbicas, afetividade da mulher negra, a participação de mulheres em Conselhos e no curso de Relações Internacionais, patriarcado e capital, repre-

sentenças de gênero no filme **Eu não sou um homem fácil** e no jornal **Correio do Norte**, resistências dos estudos de gênero na historiografia e violência doméstica.

Tais estudos possuem variedade de temáticas e abordagens distintas realizadas por pesquisadoras e pesquisadores de Dourados (MS) e região sobre estudos de gênero, sexualidade e mulheres, demonstrando a preocupação da academia em contribuir para o conhecimento da realidade local e a qualidade na formação científica das e dos estudantes e profissionais da educação nesta localidade, assim como da aproximação da Universidade com a sociedade que a envolve e a garantia da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Por fim é preciso salientar que o evento faz parte das ações regimentais do Núcleo de Estudos de Diversidade de Gênero e Sexual (NEDGS/ UFGD) e busca sensibilizar a comunidade sobre a necessidade de se refletir e discutir tais assuntos, bem como fomentar a pesquisa e produção de conhecimentos nessas temáticas. Agradecemos a todas e todos que participaram de alguma maneira para a execução do evento e da publicação destes Anais e aguardamos as próximas edições.

Atenciosamente,

Ana Carolina Santana Moreira
Chefe do Núcleo de Estudos de Diversidade
de Gênero e Sexual

CORPOS DE E NO ONLINE: CONSIDERAÇÕES ETNOGRÁFICAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE AVATARES NO IMVU

Joice Bianca Foschiera de Lima¹

Resumo: Este ensaio trata de algumas reflexões etnográficas tecidas sobre a análise da criação de avatares no chat online 3D IMVU, em uma tentativa de cartografar o contemporâneo, o que será parido e/ou expelido de alguma forma na minha dissertação de mestrado. A necessidade de compreensão da construção de corpos de e no online é corroborada ao considerarmos que não há cisão entre online e off-line, logo, tratar de relações online é pensar como essas expansões do online são como o ciborgue que age “como uma ficção que mapeia nossa realidade social e corporal” (HARAWAY, 2016, p. 37). Torna-se inevitável também que, pensar o corpo online, isto é, pensar o avatar é refletir sobre o corpo fora dos binômios animal/humano, masculino/feminino, natural/artificial, percebendo como “o corpo se constrói a partir de uma anatomia furtiva e de um nomadismo hoje ainda insólito” (LE BRETON, 2012, p. 22), evidenciando o corpo enquanto dispositivo tecnológico (PRECIADO, 2017). Essas polêmicas que cercam o corpo fazem pensar o Corpo sem Órgãos (CsO) (DELEUZE; GUATTARI, 2012), que para mim, trata-se de esvaziar o corpo, de esvaír a categoria corpo. Mais do que isso, a noção de CsO escrutina e suspeita os engessamentos e classificações domesticáveis (re)produzidas pelo discurso médico com a emergência da clínica (FOUCAULT, 2001). O corpo enquanto um dispositivo tecnológico, de contrassexualidades e subversões (PRECIADO, 2017) é o corpo que “trata-se de um dispositivo

simbólico ao mesmo tempo técnico, visual, estilístico” (LE BRETON, 2012, p. 19), que não passa de um “habitação provisório que recusa toda fixação” (LE BRETON, 2012, p. 20). Assim, investir com o corpo é também investir contra o corpo, sendo preciso negar, contestar, passar por, utilizar, modificar, inventar (CANEVACCI, 2012), para ter um Corpo sem Órgãos. Assim, a categoria ciborgue liquida o corpo, hibridando a (des)confiança do corpo normal, onde o corpo é uma mistura de informação e comunicação que transborda as fronteiras do humano e do animal, caducando a condição humana (LE BRETON, 2012; HARAWAY, 2016).

Palavras-chave: Corpos. Avatares. *IMVU*.

Referências

CANEVACCI, Massimo. Corpos polifônicos e tecnologias digitais. *In:* COUTO, Edvaldo Souza; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **O Triunfo do Corpo: polêmicas contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 33-64.


DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 28 de novembro de 1947 – Como criar para si um Corpo sem Órgãos? *In:* DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2012. vol 3. [Coleção TRANS]. p. 11-33.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. RJ: Edições Graal, 2001.

HARAWAY, Donna J. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In:* TADEU, Tomaz (org.). **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

LE BRETON, David. Individualização do corpo e as tecnologias contemporâneas. *In:* COUTO, Edvaldo Souza; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **O Triunfo do Corpo: polêmicas contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 15-32.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2017.



Eixo Temático:
Diversidade Sexual

A POTENCIALIDADE DO TURISMO LGBT EM CAMPO GRANDE – MS

Bruno Lemes Guimarães¹

Djanires Lageano Neto de Jesus²

Resumo: Segundo a Organização Mundial do Turismo, os turistas LGBT (sigla referente às lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) representam 10% dos viajantes do mundo e 15% do faturamento do setor. Estudos do *World Travel EC1 Tourism Council* revelam que o turista LGBT gasta, em média, 30% a mais e viaja 4 vezes mais do que outros segmentos (NASCIMENTO, 2016). De acordo com a Associação Brasileira das Agências de Viagens (ABAV, 2017), o Brasil é um país considerado, pelo Ministério do Turismo, um destino turístico para o público LGBT, e possui diversas capitais que são caracterizadas como destinos LGBT-*friendly*, destinos estes considerados acolhedores, receptivos ao turista LGBT. São cidades como Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador e Recife. Um estudo realizado pelo Sebrae revela que o público LGBT é um dos segmentos de maior potencial de faturamento econômico para o setor do turismo no país. Dados também mostram

1 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Graduando em Turismo. E-mail:brunnocomiss@gmail.com.

2 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Professor Doutor Orientador da Pesquisa. E-mail: netoms@uems.br.

que, em 2017, o turismo LGBT registrou alta de 11% no país, enquanto o turismo de modo geral subiu 3,5% (CAMPOREZ, 2019). Apesar de sua expressividade no mercado turístico, o desenvolvimento do segmento LGBT não tem sido visado pelo poder público em Campo Grande, que vem perdendo assim, uma grande oportunidade de mercado, composto por um perfil de turistas economicamente muito forte (OLIVEIRA, 2002). Nesse sentido, o presente estudo objetiva verificar a potencialidade de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, para se tornar um destino LGBT-*friendly* no Brasil, através de uma investigação acadêmica, de caráter exploratório, com abordagem quali-quantitativa e natureza descritiva, utilizando-se também de aprofundamento bibliográfico e pesquisa documental. Os resultados parciais da pesquisa em andamento indicam que a cidade possui elementos favoráveis ao desenvolvimento do turismo LGBT, com ofertas direcionadas ao segmento, como casas noturnas, bares e saunas LGBT, bem como a existência de leis protetivas e inclusivas em âmbito estadual. Mas para que esse desenvolvimento ocorra, é necessário sensibilizar e provocar as entidades públicas e privadas locais, no sentido de implementar ações e políticas voltadas para a captação deste perfil de turistas, como a qualificação dos prestadores de serviços para o bom atendimento ao público LGBT, principalmente pelos funcionários que atuam na função de *front bouse* (os que entram em contato com os turistas). A partir desse procedimento torna-se possível projetar Campo Grande no mercado turístico LGBT, podendo vir a ser mais uma capital no país caracterizada como LGBT-*friendly*.

Palavras-chave: Turismo LGBT. Campo Grande. LGBT-friendly.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS AGÊNCIAS DE VIAGENS. 1 vídeo (43 min). Turismo LGBT no Brasil: a realidade. **Publicado pelo canal ABAV Expo Internacional de Turismo**, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c2Dyh-Hzey0>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CAMPOREZ, Patrik. Criticado por Bolsonaro, turismo gay cresceu 11% no Brasil. **O Globo**, abr. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/criticado-por-bolsonaro-turismo-gay-cresceu-11-no-brasil-23626170>. Acesso em: 14 ago. 2019.

NASCIMENTO, Lívia. Turismo apresenta cartilha para melhorar serviços para viajantes

LGBT. **Ministério do Turismo**, 4 nov. 2016. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/7210-turismo-apresenta-cartilha-para-melhorar-servi%C3%A7os-para-viajantes-lgbt.html>. Acesso em: 8 jul. 2019.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Turismo para Gays e Lésbicas: Uma Viagem Reflexiva**. São Paulo: Roca, 2002.

EROTISMO LÉSBICO: CASSANDRA RIOS EM TEMPOS DE CENSURA

Izadora Fernanda Reichert Rodrigues¹

Resumo: A censura às “diversões públicas” se instaurou no Brasil de forma mais incisiva no governo Costa e Silva, com a promulgação do Ato Institucional número 5 (AI-5), em 1968, que, além de legalizar a cassação de direitos políticos e mandatos, tornava mais dura a censura às produções culturais e artísticas. Entre as literaturas, Cassandra Rios, escritora nascida em São Paulo na década de 1930, foi a mais atingida. Rios escreveu centenas de textos e publicou cerca de cinquenta obras literárias, a maioria durante a ditadura militar brasileira. De forma corajosa, a autora transgride esse período ditatorial com seus romances ao tocar em assuntos como a prostituição, a sexualidade feminina, o suicídio e a família tradicional, na maioria das vezes, com protagonistas lésbicas. Considerada pornográfica por retratar o amor e o prazer entre mulheres em seus livros, em uma época que o sexo era permitido à mulher somente para a reprodução, a transgressão à norma levou Cassandra a ser considerada “a autora mais proibida do Brasil”. Em contrapartida, foi, junto disso, a primeira mulher a vender um milhão de obras na década de 1970, ultrapassando nomes como Jorge Amado e Érico Veríssimo. Sendo parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, esses temas, considerados tabus, serão abordados nessa comunicação por meio da análise dos romances: Copacabana Posto 6 – A madrasta (1956) e Marcellina (1980). Assim, com a companhia

¹ PPG Letras - UFGD. izareichert@hotmail.com .Bolsista CAPES.

das personagens Laura e Marcellina, adentramos as angústias sofridas por essas e outras mulheres por não corresponderem a heteronormatividade em uma sociedade patriarcal, machista e, ainda, sem grandes representatividades LGBTQI+. Baseada na crítica feminista, a comunicação também almeja visibilizar essa grande e corajosa escritora lésbica brasileira. Sendo esse um trabalho de cunho bibliográfico, conto com o aporte teórico de Sandra Reimão (1996; 2011; 2015), Douglas Attila Marcelino (2006), Eló-dia Xavier (1991), Rita Terezinha Schimdt (1995), Foucault (1976; 1979), dentre outros autores. Dessa forma, em diálogo com esses críticos, busco questionar também o cânone e os motivos que levaram Cassandra Rios a ser campeã de proibições.

Palavras-chave: Cassandra Rios. Censura. Autoria de mulheres.

Referências

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

_____. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MARCELINO, Douglas Attila. Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. 2006. 300 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

REIMAO, S. Mercado editorial brasileiro. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 1996.

_____. Repressão e resistência: Censura a livros na Ditadura Militar. **São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2011.**


_____. Cassandra Rios – na contramão da contramão. In: Congresso Internacional de Comunicação, 14., 2015, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: USP, 2015. Disponível em: < http://www.assibercom.org/download/Ibercom_2015_Anais_Completo.pdf. Acesso em: 04 jun. 2019.

RIOS, Cassandra. Copacabana Posto 6 – A Madrasta. 2. ed. Rio de Janeiro: Mundo Musical, 1972.

_____. Marcellina. São Paulo: Editora Record, 1980.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço de autoria feminina. In: NAVARRO, M. H. (Org.). Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina. Porto Alegre UFRGS, 1995.

XAVIER, Elódia. Tudo no feminino: a presença da mulher na narrativa brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.



Eixo temático:
Movimentos de Mulheres

A TRAJETÓRIA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER LÉSBICA A PARTIR DOS IMPRESSOS FEMINISTAS

Kleire Anny Pires de Souza¹

Claudia Regina Nichnig²

Resumo: O Século XX foi palco da construção e dos frutos das lutas feministas, com as precursoras da primeira onda feminista ainda remanescentes do século XIX, em países da Europa e no Estados Unidos, construindo assim a chamada primeira onda feminista. A segunda onda feminista marcava claramente a necessidade da emancipação feminina, as reivindicações pelos contraceptivos e as possibilidades de exercício do prazer e da sexualidade, reivindicados pela revolução sexual. Entretanto no Brasil, (KREUZ, 2018) as mulheres viviam em pleno silenciamento e segregação da liberdade com o processo instaurado no Brasil em 1964, o golpe civil-militar, que duraria longos anos, perdurando até 1985, reprimindo e perseguindo qualquer tipo de ativismo ou voz com dura violência. A Ditadura usou do silenciamento e restrição da liberdade e a violência como armas, a partir dos atos institucionais, os chamados AI's, uma vez que, tanto a imprensa quanto a oposição foram totalmente restringidas, ou colocados como inimigos do Estado. Com a transição do governo Médici

1 Graduanda da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Kleire@Icloud.com

2 Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Claudianichnig@gmail.com

para o governo de Geisel, em meados de 1970-1974, se reinicia a articulação política de movimentos sociais, por meio da imprensa independente, (TELES, 2013) utilizando os jornais em formato tabloides com uma linguagem acessível, surgem nesse contexto os impressos como: Brasil Mulher, e o Nós Mulheres, compondo a nova imprensa alternativa. Esses impressos se consolidaram como Impressos Feministas, que apesar do seu cunho fortemente marcado pela questão da luta de classes, ainda advinda da construção da guerrilha combativa, tinha marcadores sociais muito fortes ligadas a questões da luta feminista, como controle da natalidade, dupla jornada feminina, violência e ainda outras agendas. Ao refletirmos analiticamente sobre as violências, levando em consideração o caráter político construído num complexo sistema histórico, social e linguístico, o objetivo é pensar através dos impressos Feministas da década de 70 e 80, não somente como as violências específicas surgem, mas como são invisibilizadas através da construção do processo histórico. Ao escaparem a norma, as mulheres são punidas com violências, inclusive por familiares, demonstrando o descaso do Estado e a despolitização do espaço privado, marcando a vulnerabilidade a qual as mulheres principalmente as mulheres lésbicas estão sujeitas. A lesbofobia abarca ainda mais a violência, pois, as lésbicas transitam na dupla vulnerabilidade tanto no campo biológico como no social, estando a mercê de uma sociedade construída com bases patriarcais, e que mesmo na contemporaneidade ainda existem as raízes dessa opressão. O artigo também questiona o não punir ao tentar descharacterizar o agressor enquanto vítima de doenças, desconsiderando a construção da sexualidade masculina.

Palavras-chave: Jornais Feministas. Lesbofobia. Violência.

Referências

KREUZ, Débora Strieder. A formação do movimento feminista brasileiro: considerações a partir de narrativas de mulheres que militaram contra a ditadura civil-militar. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 316 - 340, abr/jun. 2018

TELES, Amelinha; LETTE, Rosalina Santa Cruz. Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). 1. Ed. São Paulo. Intermeios, 2013.

A AFETIVIDADE DA MULHER NEGRA EM UMA LETRA DE HIP-HOP: SÓ SORRIR QUANDO QUERO CHORAR, ISSO NÃO FOI DIFÍCIL APRENDER

Vanilce Farias Gomes ¹
Conrado Neves Sathler ²

Resumo: O movimento hip-hop, como potência criativa de pertencimento e (re)construção de subjetividades, explicita discursividades e relações (Osumare, 2015). Na letra “Se avexe não”, de Tássia Reis (2016), enuncia aspectos da afetividade da mulher negra em análise frente o texto de bell hooks (2010) “Vivendo de Amor”. Articular esse texto à música “Se avexe não” com o marcador afetividade. Utilizaremos a análise arqueológica foucaultiana. A racialização de pessoas negras, fruto do sistema escravocrata, distorceu e impediu a expressão de sentimentos. A supremacia branca dominou os corpos negros, mas em regra também dominou seus sentimentos e habilidades de querer e amar. Demonstrar sentimentos em ambiente de segregação era certeza de punição. Logo, reprimir qualquer sentimento era essencial para a sobrevivência e esse processo deixou marcas subjetivas na mulher negra (hooks, 2010). No recorte “tem dia que é ruim de vingar, tem noite que eu quero morrer. Eu sei que é difícil aturar

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, vanilcepsicologia@gmail.com.

2 Professor Dr. Do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, conradosathler@ufgd.edu.br.

mais fácil deixar adoecer, mas a gente nem pode optar e simplesmente poder padecer”, Tássia Reis pontua a dificuldade de vivenciar dias e tristezas que a acompanham, reforçando hooks que diz: - é necessário reprimir os sentimentos de revolta, cansaço ou amor para sobreviver. Além disso, “só sorri quando quero chorar isso nem foi difícil aprender” temos a presença de outro imperativo ensinado às pessoas negras - a cordialidade. Ensina-das a sorrir diante dos desejos de chorar ou externalizar dores, mulheres negras sentem dificuldades de relacionamento e expressão sentimental. De acordo com hooks (2010) é reflexo da necessidade de sobrevivência no período escravocrata. Na atualidade, acreditamos ser uma reminiscência, pois as relações hierarquizadas e racializadas persistem e mulheres negras ainda precisam se defender e sobreviver ao racismo e sexismo. Em cenário aparentemente impróprio, resistências se estabelecem contra a supremacia branca. Tássia Reis sinaliza uma esperança para desconstruir o ensinado sobre sentir, afirmando ser necessário “desmoronar, desabar todo de entristecer, pra que seja possível curar”. A autora bell hooks também mostra uma esperança “quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura”. Ambas apontam a necessidade de desconstrução dos relacionamentos impostos às mulheres negras mostrando novas formas de pensar e reconstruir espaços de pertencimento enquanto potência transformadora.

Palavras-chave: Representação Negra. Subjetividade. Discurso.

Referências

- HOOKS, B. **Vivendo de amor**. 2010. Traduzido por: Máisa Mendonça. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 09 mar. 2010.
- SE avexe, não. Intérprete Tássia Reis. Compositora: T. Reis. In OUTRA esfera. Intérprete: Tássia Reis. Estúdio FLAPC4, Brasil, 2016. 1 CD, faixa 6. Disponível em: IS, T. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/tassia-reis/se-avexe-nao/>. Acesso em: 22 out. 2019.

OSUMARE, H. “Marginalidades Conectivas” do hip hop na diáspora africana: os casos de Cuba e do Brasil. In AMARAL, M. do; CARRIL, L. (Org.). **O Hip Hop e as diásporas africanas na modernidade: Uma discussão contemporânea sobre cultura e educação**. São Paulo: Alameda, 2015.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: APONTAMENTOS SOBRE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A ATUAÇÃO DAS MULHERES NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES DA CIDADE DE DOURADOS

Letícia da Silva Pereira¹

Gabriela Rieveres Borges de Andrade²

Resumo: A institucionalização da participação da sociedade civil nas políticas públicas é garantida pela Constituição Federal de 1988, através dos Conselhos que podem ser tanto espaços de gestão de políticas públicas setoriais, quanto de garantia de direitos. Em linhas gerais, são instâncias constituídas por representantes governamentais, entidades e membros da sociedade civil nos níveis: municipal, estadual e federal. Assim, a experiência de estágio curricular do Curso de Psicologia aqui relatada objetivou proporcionar familiaridade com instâncias participativas existentes na sociedade, pois ao trabalhar com políticas públicas, o psicólogo deve ser capaz de trabalhar em rede, desenvolvendo ações territorialmente embasadas, junto às comunidades, sendo importante a compreensão em diferentes âmbitos, da cidade onde atua, das comunidades e instâncias participativas existentes. Este resumo objetiva apresentar apontamentos

1 Discente do curso de Psicologia- UFGD- Dourados. E-mail: leticia_silva.050@hotmail.com

2 Docente da Faculdade de Ciências Humanas- UFGD- Dourados. E-mail: GabrielaAndrade@ufgd.edu.br

resultantes de vivências realizadas no Estágio Supervisionado do Núcleo Comum I e II, do curso de Psicologia UFGD, no ano letivo de 2018. As atividades realizadas consistiram em visitas às instâncias participativas da cidade de Dourados e supervisões onde foram discutidos aspectos observados. Nas visitas realizadas houve maior acompanhamento das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM). Portanto foi possível notar que o CMDM pautou sua atuação, durante o período observado, no fortalecimento de direitos, bem como na discussão e formulação de estratégias frente às demandas percebidas no campo. O CMDM é composto por mulheres intersetorialmente representadas em áreas como: assistência social, medidas protetivas, universidade, delegacia da mulher, saúde, associação comercial, secretaria de educação e coordenação de políticas públicas. Foi marcante a pluralidade de perspectivas presente, pois isso tornou possível a construção de uma movimentação notadamente atenta à realidade local. O conselho enquanto espaço se mostrou dinâmico e articulado frente à presença de desafios onde se destacam a violência contra a mulher, a violência doméstica, assédio moral, e questões de saúde como a conscientização sobre o “Outubro Rosa”. Neste contexto, foram percebidos avanços, como a implementação do Projeto Acalento que visa facilitar a realização de procedimentos em caso de violência sexual, foram apontadas também propostas como a criação de um protocolo que oriente o atendimento. Além disso, nas discussões foi notada a busca de parcerias, com a área da saúde, com instituições que oferecem cursos, entre outras. Com isso compreendeu-se que o CMDM, constitui um espaço de organização com uma lógica aberta em suas discussões, onde o “espaço de fala” é descentralizado da figura da presidente do conselho, abarcando as colocações das conselheiras em geral, portanto conclui-se que o espaço ali constituído é feito de mulheres para mulheres que em geral possuem capacidade de articular pensamentos, ideias e experiências cumprindo com o objetivo de fortalecimento e garantia de direitos, propiciando tanto melhorias sociais, quanto autonomia.

Palavras-chave: Direitos. Mulheres. Fortalecimento.



Eixo temático:
Relações de Gênero

O LUGAR DAS MULHERES NO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)

Laryssa Fernanda de Oliveira Santos¹

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar a representatividade feminina no corpo docente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal da Grande Dourados. Inicialmente, o estudo utiliza-se de bibliografias, discursos, pesquisas e documentos de modo a relatar as adversidades vivenciadas por elas, na carreira docente. A pesquisa, ainda em andamento, aponta que essas mulheres representam apenas 22,2% do corpo docente efetivo. No entanto, as pesquisas indicam que apesar da crescente visibilidade do gênero feminino na ciência, em algumas áreas, especialmente na academia, ainda existem barreiras a serem rompidas por essas mulheres na luta para conquistar o seu lugar no espaço científico. Nesse contexto, a pesquisa é sustentada pelo debate sobre relações de gênero, feminismo e com a contribuição teórica de autoras como Angela Davis (2016), Silvia Federici (2016) e Simone Beauvoir (1970). Desse modo, a partir do contexto histórico do tema e das leituras realizadas, as considerações trarão reflexões acerca da desigualdade de gênero presente em todos os âmbitos da sociedade brasileira e sobre a falta

1 Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados.
<laryssaf.oliv@gmail.com>

de mulheres na ciência ou em lugares de comando. Por fim, apresentará uma análise de dados estatísticos da quantidade de homens e mulheres no quadro permanente dos professores do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) em comparação com a Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade Federal de Goiás (UFG), ambas instituições públicas do centro-oeste e reconhecidas pelo Ministério da Educação.

Palavras-chave: Mulher. Gênero. Curso de Relações Internacionais.

Referências

ALMEIDA, Rodolfo; ZANLORENSSI Gabriel. **Qual o Gênero e a Idade de Mestres e Doutores no Brasil. NEXO.** Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/05/23/Qual-o-g%C3%A9nero-e-a-idade-de-mestres-e-doutores-no-Brasil>>. Publicado em: 23 Mai 2018 (atualizado 28/Mai 15h18). Acesso em: 01 Abr. 2018.

BARRETO, Andreia. **A mulher no ensino superior distribuição e representatividade.** 6 ed. Rio de Janeiro: Cadernos do GEA, Rio de Janeiro, n.6, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/04/caderno_gea_n6_digitalfinal.pdf> Acesso em: 10 abr. 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo.** São Paulo. Difusão europeia do livro, 1970. Disponível em: <<https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/03/beauvoir-o-segundo-sexo-volume-11.Pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

CONCEIÇÃO, Josefa Martins; TEIXEIRA, Maria Do Rocio Fontoura. **Mulheres Na Ciência: Um Estudo Da Presença Feminina No Contexto Internacional.** Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, Rio Grande do Sul, v. 7, n.1, jan./dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/2710/2037>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

DAVIS, Angela; **Mulher, Raça e Classe.** São Paulo, Boitempo, 2016.

FEDERICI, Sílvia; **Calibã e a bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva.** São Paulo, Elefante, 2016.

GALHERA, Katiuscia Moreno; MASO, Tchella. Abertura: Dossiê “Feminismos, Gênero e Relações Internacionais”. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD-Dourados - MS, Brasil.** v. 6, n. 11 (2017) Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/issue/view/238>> Acesso em: 04 Abr. 2018.

PAMPLONA, Roberta Silveira (2017) **O Gênero da Docência: A Atuação das Professoras da Faculdade de Direito da UFRGS** (2012-2017). LUME Repositório Digital UFRGS. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/174829>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (Mato Grosso do Sul). Faculdade de Direito e Relações Internacionais. **Corpo docente**. 2019. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/cursos/relacoes_internacionais/corpo-docente>. Acesso em: 14 set. 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (Goiânia). Universidade Federal de Goiás. **Docentes de Relações Internacionais**. 2019. Disponível em: <<https://www.cienciassociais.ufg.br/p/15062-docentes-relacoes-internacionais>>. Acesso em: 22 out. 2019.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O sexo e o gênero da docência**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 17-18, p. 81-103, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000100003&lng=e_n&nrm=iso>. Acesso em 05 de out. de 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (Brasília). Instituto de Relações Internacionais. **Professores Do Quadro Permanente Do Irel**. 2019. Disponível em: <<https://irel.unb.br/professores/>>. Acesso em: 06 out. 2019.

PATRIARCADO E CAPITAL COMO PROPULSORES DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Bruna Aparecida Azevdo Gayozo¹

Resumo: Nossa trajetória política e social marcada por uma colonização exploradora, racista e machista nos deixou amargas amarras sociais. Esse cenário é ainda mais cruel para alguns grupos sociais, a depender de seu gênero, sexualidade, classe ou sua raça/etnia. Objetivamos discutir e compreender as relações existentes entre a violência contra as mulheres, a manutenção do patriarcado e o sistema capitalista em si, para isso, fazemos uma análise histórico-social da efetivação do capitalismo à luz da luta feminina, e de como esse sistema se apropria de algumas ferramentas de regulação social para manter o *status quo* e se autopromover. O patriarcado existe há mais de 5 milênios, enquanto o sistema capitalista existe há aproximadamente 600 anos, mas, ainda sendo recente, o sistema capitalista por ser extremamente parasitário e por se utilizar de tudo a sua volta, redimensiona o patriarcado para usá-lo como ferramenta de autopromoção e de manutenção de um status vantajoso para o sistema (SAFFIOTI, 2004). Durante algum tempo, ainda na era feudal, as mulheres tiveram um padrão relativo de autonomia e emancipação muito real, relacionado aos conhecimentos de seus próprios corpos e de sua espiritualidade. Com a passagem para o sistema capitalista e a necessidade de massa humana para as grandes guerras, iniciou-se um processo de reconstrução cultural a partir da crimi-

¹ Mestre em sociologia pela UFGD, professora da Rede Estadual de Ensino.

nalização do aborto e um incentivo massivo a antropoprodução (FEDERICI, 2017). De lá para cá, vivemos cada vez mais distantes da emancipação dos nossos corpos, o sistema não produz o essencial para sua manutenção que é a mão de obra, nesse sentido os corpos femininos são usados como incubadoras para a produção de massa trabalhadora. Além disso, o sistema capitalista é favorecido pela construção dos estereótipos de gênero que vinculam o papel da mulher à inferioridade, ao trabalho doméstico e a submissão, e quando facilita o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, o faz tão somente pela necessidade da mão de obra feminina para algumas atividades e para mais uma vez ser privilegiado com o pagamento de um salário reduzido, que se converte em mais-valia para o sistema. Junto com os estereótipos de subalternidade das mulheres, construiu-se estereótipos de força e brutalidade para os homens, que são educados sob a lógica da posse das mulheres, como se as mulheres fossem objetos, as quais os homens devessem proteger e garantir a sua submissão, com isso, incentiva-se e até espetaculariza-se a violência contra as mulheres e contra seus corpos, o que nos coloca o tempo todo em um cenário de guerra, às vezes guerra fria, baseada no medo e na coerção e às vezes guerra real, baseada nos ataques e nos feminicídios.

Palavras-chave: Violência. Patriarcado. Capitalismo.

Referências

FEDERICI, SILVIA. **Calibã e a Bruxa:** Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax, São Paulo, Elefante, 2017.

SAFFIOTTI, Heleieth I.B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

PERCEPÇÕES DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO PRESENTES NO FILME “EU NÃO SOU UM HOMEM FÁCIL”

Amanda de Almeida Parra¹
Joseana Stecca Farezim Knapp²

Resumo: O presente trabalho tem como finalidade realizar uma análise das percepções de alunos universitários sobre as relações de gênero presentes no filme comercial *Eu não sou um homem fácil* (2018) sendo este um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que será realizado com os acadêmicos da disciplina “Corpo, Saúde e Sexualidade” eixo REUNI da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. O uso de filmes comerciais na educação apresenta-se como uma estratégia eficaz de ensino, pois, a linguagem fílmica pode expressar realidades diversas, assim como, mistério, ficção, emoções, contando com som, imagem e movimento, o que o torna um potencializador de aprendizagens, e, por ter um caráter interpretativo, gera diferentes reflexões nos alunos. O filme escolhido se passa em uma organização social alternativa, no qual, há a inversão da dominação de gêneros, em que, após um acidente o protagonista vai viver essa realidade e rever suas posturas frente à sociedade. Diversas opressões sofridas diariamente por indivíduos do gênero feminino são expostas

1 Acadêmica de Licenciatura em Ciências Biológicas. Amandaparra1997@hotmail.com

2 Professora Adjunta, UFGD-FCBA. joseanaknapp@ufgd.edu.br

por personagens em diferentes contextos, tais como relações de trabalho desiguais, pressões estéticas, familiares e violência sexual, permitindo ao telespectador uma visão prática sobre o assédio. O filme também exhibe as atitudes machistas do gênero opressor, assumindo por diversas vezes posturas arrogantes e invasivas. Por outro lado, apesar de haver a inversão de papéis, o filme acaba por reforçar estereótipos de gênero, em que personagens com identidades femininas possuem um padrão comportamental ligado a estética, sendo muitas vezes mais frágeis sentimentalmente, enquanto que, personagens do gênero masculino são mais ousados e seguros em suas atitudes. Dessa forma, o filme permite ao telespectador uma análise das perspectivas dos papéis de opressores e oprimidos ligados às condições de gênero. A metodologia de coleta de dados será através da escrita de resenhas críticas, que serão feitas pelos discentes após a exibição do filme e posteriormente serão estudados através do método de análise de conteúdo de Bardin (2011).

Palavras-chave: Cinema. Gênero. Análise de conteúdo.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p. EU não sou um homem fácil. Direção de Eleonore Pourriat. França: Netflix, 2018. (98 min.), son., color. Legendado

REFLEXÕES SOBRE O CAMPO HISTORIOGRÁFICO: RESISTÊNCIAS AO DEBATE PROPOSTO PELOS ESTUDOS DE GÊNERO, FEMINISTAS E DECOLONIAL

Claudia Regina Nichnig

Resumo: Minha proposta é discutir, a partir dos estudos de gênero, feministas e decoloniais como o campo historiográfico ainda se mostra resistente a interdisciplinariedade e a discussões propostas pelos estudos de gênero, como um campo interdisciplinar por excelência. O objetivo é discutir as acusações sofridas por estas áreas como produtoras de uma “história militante”, portanto, não “científica”, continua a assombrar, mesmo quando há muito já se abandonou a certeza da neutralidade nas ciências humanas. É ainda interessante refletir como, da mesma forma, outras categorias como “classe”, “raça/etnia”, “geração” também são tributárias de movimentos sociais e, obviamente, ligadas a contextos específicos; no entanto, não parecem sofrer a mesma desconfiança e desqualificação. Método: utilizado é realizar uma revisão bibliográfica a partir de autoras que dialogam com a produção historiográfica a partir de uma perspectiva de gênero e da decolonialidade, refletindo sobre o eurocentrismo nas ciências humanas. Mas também minha proposta é refletir sobre como os estudos de gênero e feministas podem ser úteis para o Ensino de História, trazendo algumas indagações desse campo de pesquisa imprescindíveis para pensar uma história que contemple todas as singularidades, as narrativas plurais, falas e corporalidades múltiplas. Também busco analisar como o

debate que se travou internacional e nacionalmente a partir do campo da educação em relação aos estudos de gênero, que se inicia no Brasil com a retirada do termo “gênero” do Plano Nacional, mas também dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, chega ao debate das eleições presidenciais. A ideia é refletir como as teóricas dos estudos de gênero e feministas estão buscando alternativas para enfrentar a onda conservadora que afronta diretamente a prática educacional e ainda as agendas políticas feministas. Propor a e refletir sobre a produção de trabalhos que pensem essa exclusão de temática que incluem o debate de gênero, orientação sexual, raça e etnia na produção científica e ainda a produção por esses/as/os pesquisadores.

Palavras-chave: Estudos de Gênero. Historiografia. Decolonialidade.

Referências

PEDRO, Joana Maria Pedro. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.

NICHNIG, Claudia Regina. Estudos de Gênero revolucionaram a História? Algumas provocações a partir do Ensino de História. **Revista Intermeio**. 2019. No prelo.

WALSH, Catherine. Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas.

ROSANA MEDEIROS DE .Descolonizar os livros didáticos: raça, gênero e colonialidade nos livros de educação do campo* OLIVEIRA Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n68/1413-2478-rbedu-22-68-0011.pdf?fbclid=IwAR3FnDphSXmWtj0ZqG5hxNzJQe4VN762p5sjEr7CjiRF09FSbzDGns9Qes> Hooks, Bell. Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013, p. 151-172.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 401-432.

REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO ATRAVÉS DO JORNAL CORREIO DO NORTE (1948-1949)

Bruna Brandel Meleck¹

Resumo: O presente trabalho propõe analisar a construção da representação de gênero na cidade de Canoinhas-SC, através do jornal Correio do Norte, com ênfase na coluna “Secção Feminina” que circulou entre 1948 e 1949. Tendo em vista que a coluna era escrita por mulheres, busca-se aqui analisar um discurso que pretendeu regular a conduta feminina, e como através de tal se reproduziu estereótipos de um discurso machista. Mas ao se utilizar a imprensa periódica como fonte para a história, é necessário entender que mesmo buscando retratar o cotidiano, ela não é um veículo de informações neutro, pois dissemina interesses de determinados grupos sociais. Por essa razão, o objetivo consiste em compreender os discursos que impõem papéis sociais para as mulheres no final da década de 1940, destacando a necessidade de problematizar relações sociais postas, visto que sem reflexões são entendidas como meras relações naturais. Segundo Joan Scott (1989) estudar a história das mulheres é elucidar a relação entre homens e mulheres na construção de gênero. Embora seja fundamental entender que tais relações não são universais e imutáveis, pois utilizam-se de gênero para articular regras e relações sociais, justificando e reproduzindo formas de poder. Dessa forma, a finalização da

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: bruna_bm8@hotmail.com.

informação no jornal tem a intenção de formar um código de etiqueta que busca caracterizar as mulheres e regular sua conduta com os padrões esperados para o período. Mas o poder não exclui sua liberdade, pois apenas existe o poder onde também se encontra a resistência. Como alerta Tania Regina de Luca (2018), mesmo com as estratégias persuasivas dos impressos, as leitoras não são meras receptoras de mensagens, absorvendo passivamente o que é lhe apresentado. Sobre a perspectiva de imposição de conduta ainda, Michel Foucault (2005) trata como a fabricação de corpos dóceis, que impõe a moral e o amoral sobre o indivíduo, categorizando-os para que buscassem seguir as normativas prescritas. Denota-se assim, que o processo de problematização corrobora para compreender como tais relações se constroem e coloca em evidência possibilidades de desconstrução.

Palavras-chave: Gênero. Imprensa. Mulheres.

Referências

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o poder. IN: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul (org.). Uma trajetória filosófica. **Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 231-249.

LUCA, Tania Regina de. Mulher em revista. IN: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018, p. 447-468.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. [Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila]. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/169642/mod_resource/content/2/generoscott.pdf

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: ANÁLISE DE BOLETINS DE OCORRÊNCIA

Sarah Pedrollo Machado¹

Clara Janini Rodriguez Deboleto²

Paola Ferreira de Oliveira³

Pamela Staliano⁴

Resumo: A violência tem raízes históricas no Brasil, ancorada no problema da desigualdade social. Isso influencia na constituição das relações sociais ao diferenciar homens e mulheres pelos padrões de identidade, e é nessa construção dinâmica que se constitui o modelo de dominação patriarcal e sexista que perpetua os abusos e opressões sobre as mulheres (SAFFIOTTI, 2015). Nesse sentido, a violência contra a mulher, a partir da lógica patriarcal, aponta a desigualdade de gênero, em que as mulheres são colocadas abaixo dos homens e diminuídas em seu exercício de poder em todas as estruturas da sociedade. O presente estudo evidencia

1 Acadêmica no Programa de Pós-graduação em Psicologia. E-mail: sarahpedrollo@hotmail.com. Universidade Federal da Grande Dourados.

2 Acadêmica de Graduação em Psicologia. E-mail: debilclara@gmail.com. Universidade Federal da Grande Dourados.

3 Acadêmica de Graduação em Psicologia. E-mail: oliveirapf4@outlook.com Universidade Federal da Grande Dourados.

4 Professora Doutora no Programa de Pós-graduação em Psicologia. E-mail: pamelastaliano@ufgd.edu.br. Universidade Federal da Grande Dourados.

a violência de gênero, especificamente, a violência doméstica e intrafamiliar. Objetivou-se caracterizar a violência contra a mulher com base em boletins de ocorrência e inquéritos policiais de Delegacia de Atendimento à Mulher de Dourados, Mato Grosso do Sul. Foram analisados 265 documentos, disponíveis em versão física e de possível acesso na delegacia, com período entre os anos 2017 e 2018, caracterizando uma amostragem por conveniência. Os dados foram coletados a partir de uma planilha, incluindo dados sociodemográficos, tipos de violência e descrições dos fatos comunicados. Dentre os principais resultados obtidos, pode-se observar que em 48% dos casos a agressão veio de ex-conviventes, 40,3% dos casos partiram de conviventes e 8,3% das agressões foram cometidas por familiares como pais, irmãos, tios e cunhados. Os resultados revelaram que o rompimento da relação entre o casal feito pela mulher é visto como desobediência e rompimento com a ordem social e o contrato familiar (BANDEIRA, 2009). Dentre o total de mulheres que registraram ocorrência, 23,7% das mulheres pediram medidas protetivas de urgência, e como justificativa disseram ter medo de que os agressores fizessem algo contra elas ou contra algum membro da família. Entre os motivos que os agressores comunicaram para cometer o crime, o que mais aparece é o ciúme, bem como, algumas alegações de legítima defesa, futilidade, devassidão e ainda, comprometimento psíquico. Dentre os tipos de violência doméstica, a ameaça é a forma mais recorrente, sendo responsável por 52% dos casos, desse total, 64% é composto por ameaça acompanhada de outra violência, seja injúria, descumprimento de medida protetiva, vias de fato ou lesão corporal dolosa. Os resultados também demonstraram que desigualdades sociais entre os sexos acabam por perpetuar a subalternidade feminina, colocando a mulher mais vulnerável à violência doméstica (PIOSIADLO et. al, 2014). Este estudo aponta características importantes sobre a violência doméstica contra as mulheres, podendo servir de base para estratégias de e acompanhamento de casos que apresentam a problemática.

Palavras-chave: Gênero. Violência. Mulheres.

Referências

BANDEIRA, L. **Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006.** Sociedade e Estado, Brasília, 2009, v. 24, n. 2, p. 401-438.

PIOSIADLO, L. C. M.; FONSECA, R. M. G. S. da e GESSNER, R. **Subalternidade de gênero: refletindo sobre a vulnerabilidade para violência doméstica contra a mulher.** Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, 2014, v.18, n. 4, p. 728-733.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência.** Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.